

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidados	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e aos Acionistas da
GS Inima Industrial S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F



Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC SP-175536/O-5

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	288	4.023	25.315	25.145	Debêntures privadas	12	-	-	43.914	35.321
Aplicações financeiras	6	428.806	394.512	457.536	438.605	Contas a pagar por aquisição	15	17.459	-	17.459	-
Fundo restrito	7	-	-	-	2.093	Arrendamento mercantil	13	248	241	1.161	1.408
Contas a receber	8	21	13	22.041	21.908	Fornecedores		332	139	13.186	10.905
Estoques		-	-	5.789	5.667	Obrigações sociais		2.153	1.322	8.737	6.418
Impostos a recuperar		6.349	4.025	11.689	9.404	Obrigações fiscais		2.899	1.325	13.537	13.286
Partes relacionadas	14	1.628	811	212	14	Partes relacionadas	14	698	722	1.578	18.771
Dividendos a receber	14	10.721	10.338	-	-	Dividendos a pagar	14	15.300	6.375	19.185	10.236
Outros créditos		19	30	2.352	1.890	Outras obrigações		-	50	993	453
Total do ativo circulante		447.832	413.752	524.934	504.726	Total do passivo circulante		39.089	10.174	119.750	96.798
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO						REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Fundo restrito	7	-	-	17.751	16.796	Debêntures privadas	12	-	-	299.128	333.598
Partes relacionadas	14	14.008	12.380	14.008	12.380	Contas a pagar por aquisição	15	49.131	55.910	49.131	55.910
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	-	-	2.360	2.551	Arrendamento mercantil	13	343	591	8.914	9.972
Depósitos judiciais		-	-	1.187	390	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	129.360	136.531	247.661	252.221
Outros créditos		23	40	174	40	Provisão para ações judiciais	16	-	-	18.115	9.209
		14.031	12.420	35.480	32.157	Total do passivo não circulante		178.834	193.032	622.949	660.910
Investimentos em controladas	9	717.322	693.887	-	-	Total do passivo		217.923	203.206	742.699	757.708
Imobilizado	10	651	837	429.716	387.007	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	11	567	810	904.899	929.552	Capital social	17	909.360	909.360	909.360	909.360
		718.540	695.534	1.334.615	1.316.559	Reserva de lucros		53.120	9.140	53.120	9.140
Total do ativo não circulante		732.571	707.954	1.370.095	1.348.716	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		962.480	918.500	962.480	918.500
						Participação dos acionistas não controladores				189.850	177.234
						Total do patrimônio líquido		962.480	918.500	1.152.330	1.095.734
TOTAL DO ATIVO		1.180.403	1.121.706	1.895.029	1.853.442	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.180.403	1.121.706	1.895.029	1.853.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	18	62	122	249.290	242.569
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	-	-	(85.472)	(90.743)
LUCRO BRUTO		62	122	163.818	151.826
<u>Receitas e despesas operacionais</u>					
Gerais e administrativas	19	(25.095)	(23.226)	(71.881)	(68.004)
Resultado de equivalência patrimonial	9	45.307	43.171	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	-	393	362
Total do ativo circulante		20.212	19.945	(71.488)	(67.642)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		20.274	20.067	92.330	84.184
<u>Resultado financeiro</u>					
Receitas financeiras	20	51.214	37.316	58.611	62.624
Despesas financeiras	20	(11.483)	(11.322)	(56.597)	(58.835)
		39.731	25.994	2.014	3.789
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS		60.005	46.061	94.344	87.973
<u>Imposto de renda e contribuição social</u>					
Correntes	21.1.	(5.195)	(1.636)	(22.456)	(25.519)
Diferidos	21.1	7.171	1.565	4.370	(10.235)
		1.976	(71)	(18.086)	(35.754)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		61.981	45.990	76.258	52.219
ATRIBUÍDO À					
Participação dos acionistas da controladora				61.981	45.990
Participação dos acionistas não controladores				14.277	6.229
				76.258	52.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	61.981	45.990	76.258	52.219
Total do resultado abrangente do exercício	61.981	45.990	76.258	52.219
ATRIBUÍDO À				
Participação dos acionistas da controladora			61.981	45.990
Participação dos acionistas não controladores			14.277	6.229
			76.258	52.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2022		909.360	4.098	2.393	-	915.851	196.170	1.112.021
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.990	45.990	6.229	52.219
Dividendos intermediários	17.4	-	-	-	(30.203)	(30.203)	(21.242)	(51.445)
Dividendos distribuídos de anos anteriores	17.4	-	-	-	(2.393)	(2.393)	(3.923)	(6.316)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	17.4	-	-	-	(10.745)	(10.745)	-	(10.745)
Complemento de reserva legal	17.2	-	2.300	-	(2.300)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	-	-	349	(349)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		909.360	6.398	2.742	-	918.500	177.234	1.095.734
Lucro líquido do exercício		-	-	-	61.981	61.981	14.277	76.258
Dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(1.661)	(1.661)
Juros sobre o capital próprio (JSCP)	17.4	-	-	-	(18.001)	(18.001)	-	(18.001)
Complemento de reserva legal	17.2	-	3.099	-	(3.099)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	17.3	-	-	40.881	(40.881)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		909.360	9.497	43.623	-	962.480	189.850	1.152.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		61.981	45.990	76.258	52.219
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.2	(7.171)	(1.565)	(4.369)	10.235
Depreciação de imobilizado	10	209	145	20.717	21.633
Amortização de intangível	11	243	243	20.899	19.530
Depreciação e amortização da mais-valia	11	16.899	16.898	4.053	4.053
Juros sobre debêntures	12	-	-	42.923	44.229
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a receber	14	(1.628)	(1.490)	(1.628)	(1.490)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a pagar	14	-	-	580	2.048
Baixas do ativo imobilizado	10	-	-	9	3.365
Resultado da equivalência patrimonial	9	(45.307)	(43.171)	-	-
Provisão para perda de crédito esperada	8	-	-	466	66
Amortização do ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	13	7	9	711	292
Apropriação dos custos de transação de debêntures	12	-	-	442	442
Atualização monetária e ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	15	10.680	6.388	10.680	6.388
Provisão (reversão) de ações judiciais	16	-	-	11.439	9.064
		35.913	23.447	183.180	172.074
Variação nos ativos operacionais:					
Contas a receber	8	(8)	175	(599)	(1.451)
Estoques		-	-	(122)	105
Impostos a recuperar		(2.324)	(983)	(2.285)	(3.277)
Partes relacionadas	14	(817)	(377)	(198)	(14)
Depósitos judiciais		-	-	(797)	255
Outros créditos		28	(32)	(596)	196
Variação nos passivos operacionais:					
Fornecedores		193	38	2.281	(1.022)
Obrigações sociais		831	406	2.319	(2.085)
Obrigações fiscais		1.574	597	251	5.453
Partes relacionadas	14	(24)	80	(4.240)	4.836
Outras obrigações		(50)	50	540	(347)
Pagamento de ações judiciais	16	-	-	(2.533)	(1.134)
Caixa gerado nas atividades operacionais		35.316	23.401	177.201	173.589
Juros pagos sobre debentures	12	-	-	(44.310)	(40.429)
Juros pagos sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos)	14	-	-	(9.283)	(7.698)
Caixa oriundo das atividades operacionais		35.316	23.401	123.608	125.462
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras	6	(34.294)	(142.102)	(18.931)	(15.232)
Fundo restrito	7	-	-	1.138	518
Dividendos recebidos de controlada	9	4.590	21.825	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	10	(23)	(570)	(63.360)	(30.344)
Aquisição de ativo intangível	11	-	-	(374)	(8.194)
Redução de capital social em investidas	9	-	138.523	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(29.727)	17.676	(81.527)	(53.252)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de debêntures (principal)	12	-	-	(24.932)	(22.926)
Pagamentos de principal e encargos de empréstimos com partes relacionadas (mútuo)	14	-	-	(4.250)	(4.303)
Arrendamento mercantil	13	(248)	(236)	(2.016)	(2.320)
Pagamento de dividendos e de JSCP		(9.076)	(36.966)	(10.713)	(58.270)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(9.324)	(37.202)	(41.911)	(87.819)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.735)	3.875	170	(15.609)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	4.023	148	25.145	40.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	288	4.023	25.315	25.145
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3.735)	3.875	170	(15.609)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A GS Inima Industrial S.A. (“Companhia”) foi constituída em 17 de agosto de 2018, está localizada na cidade de São Paulo/SP e tem como objeto investir e operar projetos ambientais e prestar serviços com foco em Operações Industriais - terceirização de Centrais de Utilidades e fornecimento de água industrial, através de suas controladas.

A Companhia e suas controladas são parte integrante do Grupo GS Inima (“Grupo”), tendo como controladora direta no Brasil a GS Inima Brasil Ltda., e controladora indireta a GS Inima Environment S.A.U, sediada na Espanha, a qual é controlada da GS Engineering & Construction Corporation, sediada na Coréia do Sul.

Abaixo está descrito um breve histórico das empresas que integram o Grupo, as quais a Companhia possui participação direta:

Controladas	Data de constituição	Data assinatura contrato	Data início concessão	Objeto	Modelo do contrato	Prazo do contrato	Principal cliente
GS Inima Industrial Jeceaba S.A (“Jeceaba”)	29/01/2008	-	-	Projeto, construção e operação de plantas para tratamento de água, efluentes, resíduos e fornecimento de energia elétrica.	DBOT (Design, Build, Operate and Transfer)	Encerrado em 2021	-
Aquapolo Ambiental S.A (“Aquapolo”)	08/10/2009	30/09/2009	-	Produzir, fornecer e comercializar água de reuso para a Braskem Qpar S.A. e Braskem Petroquímica S.A. (“Braskem”), além das demais companhias integrantes do pólo Petroquímico de Capuava no Município de Mauá - São Paulo	DBOO (Design, Build, Own and Operate)	44 anos	Braskem Qpar S.A e Braskem Petroquímica S.A.
GS Inima Industrial Triunfo S.A (“Triunfo”)	09/03/2010	31/12/2013	-	Produção e venda de águas industriais utilizáveis pelas empresas componentes do Polo Petroquímico de Triunfo, tais como: água clarificada, água desmineralizada, água potável e disponibiliza água de incêndio para essas mesmas empresas	AOO (Acquisition, Operation and Owner)	40 anos	Braskem S.A.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fatos relevantes na combinação de negócios - operação descontinuada na controlada Jeceaba

A GS Inima Industrial Jeceaba S.A. ("Jeceaba"), controlada da Companhia, possuía um contrato de execução de projeto, construção, operação e manutenção para o tratamento de água, efluentes, resíduos e energia elétrica com a usina siderúrgica Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. ("VSB"). Em 23 de abril de 2021, a VSB exerceu seu direito de resiliir imotivadamente o contrato com a Jeceaba (contrato do tipo DBOT - 522457) nos termos da cláusula 64 do instrumento contratual, informando que notificaria a Jeceaba sobre sua decisão de exercer a Opção de Compra da totalidade das ações representativas do capital social, descrita na cláusula 65, ou de adquirir os ativos, na forma da cláusula 55 do contrato. Em 10 de setembro de 2021, a VSB notificou a Jeceaba de sua decisão em adquirir os ativos.

O montante da operação foi de R\$ 493.945, referente à compra dos ativos de arrendamento da Jeceaba, com a conseqüente extinção do contrato entre as partes. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Jeceaba não iniciou nenhuma nova operação e a sua Administração está avaliando os possíveis negócios futuros e, portanto, considera deixar a Jeceaba ativa e em busca de novos contratos para a execução de projetos, em linha com a estratégia de seu acionista controlador, para o desenvolvimento e expansão de negócios no segmento de utilidades industriais. Dessa forma, a Jeceaba permanecerá ativa em busca de novos negócios de construção, operação e manutenção de plantas de tratamento de água, efluentes e resíduos aos futuros clientes.

2. Políticas contábeis materiais

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

A Administração do Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração do Grupo em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração para emissão em 28 de março de 2024.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direitos a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, o Grupo controla uma investida e, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixa de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obter controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Empresas controladas

Empresas	Estado	31/12/2023 e 31/12/2022	
		Quantidade de ações	Participação (%)
GS Inima Industrial Jeceaba S.A ("Jeceaba")	Minas Gerais	118.815.450	84,50%
Aquapolo Ambiental S.A ("Aquapolo")	São Paulo	21.633.713	51,00%
GS Inima Industrial Triunfo S.A ("Triunfo")	Rio Grande do Sul	114.224.101	100,00%

2.3. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.4. Classificação corrente versus não corrente

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial individual e consolidado com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional do Grupo;
- Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional do Grupo;
- Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e
- O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.5. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todos os instrumentos financeiros do Grupo são considerados de nível 2.

2.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2.6.1. Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado.

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos) e outros créditos.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

O Grupo não possui ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros do Grupo ao valor justo por meio do resultado incluem o fundo restrito e as aplicações financeiras.

c) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.
- Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pelo Grupo.
- O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade possa ser obrigada a restituir (valor da garantia).

d) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo.

2.6.2. Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, debêntures privadas e outras obrigações contraídas e concedidas sujeitas a juros são mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem debêntures privadas, contas a pagar por aquisição, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

2.8. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e operações compromissadas com bancos de primeira linha, mantidas para investimentos.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9. Fundo restrito

Os fundos restritos são aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado. Correspondem, substancialmente, a aplicações financeiras de renda fixa, CDBs (Certificados de Depósito Bancários) e estão vinculadas aos contratos de debêntures privadas, para cumprimento das obrigações contratuais de ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida).

2.10. Contas a receber

As contas a receber são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados de produção, fornecimento e comercialização de água de reúso para clientes privados.

A provisão para perda de crédito esperada é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a provisão para perda de crédito esperada, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada.

O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada corresponde aos títulos a receber que possuem vencimento superior a 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na provisão para perda de crédito esperada os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias.

2.11. Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. O custo abrange: o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo imobilizado são os seguintes:

Classes do ativo imobilizado	Vida útil		
	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Máquinas e equipamentos	2 a 13 anos	5 a 30 anos	5 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos	2 a 10 anos	5 a 10 anos
Instalações	-	5 a 40 anos	20 a 35 anos
Ferramentas	-	5 a 30 anos	5 a 10 anos
Veículos	-	4 anos	-
Equipamentos de informática	5 anos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações e benfeitorias	-	5 a 40 anos	-
Redes e tubulações	-	44 anos	40 anos
Direito de uso de arrendamento	-	2 anos	5 a 20 anos

O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas e despesas, líquidas”, na demonstração do resultado.

Os saldos registrados em obras em andamento correspondem aos custos associados ao projeto e construção da infraestrutura, com base na previsão que gerarão benefícios econômicos futuros para o Grupo.

O Grupo reconhece imobilizado em andamento enquanto o ativo não está finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como imobilizado por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que está pronto para iniciar a sua amortização.

2.13. Intangível

Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização.

Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os anos de vida útil estimados para cada grupo do ativo intangível são os seguintes:

Classes do ativo intangível	Vida útil		
	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Direito da carteira de clientes	-	-	40 anos
Mais-valia do intangível de contrato	-	-	40 anos
Direito de uso de servidão de passagem	-	30 anos	-
Direito de uso de arrendamento	2 a 5 anos	-	-
Software	-	5 a 10 anos	5 a 10 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC").

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.15. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período, em troca de contraprestação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1) - Arrendamento Mercantil.

O Grupo avalia uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem os pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos), menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantia de valor residual. Os pagamentos de arrendamentos incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multa pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de reincidir o arrendamento.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16. Custo das debêntures privadas

Os custos das debêntures privadas atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida.

2.17. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

Para toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil.

2.18. Distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

2.19. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas com a subvenção e de que a subvenção será recebida, conforme orientação do Pronunciamento Contábil CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamental. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo possui incentivo fiscal de ICMS no estado do Rio Grande do Sul conforme Decreto Nº 37.699, de 26 de agosto de 1997 onde difere-se o ICMS em 100% das operações de venda de água. Tal incentivo são considerados subvenções para investimento nos termos da Lei Complementar nº 160/2017, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de incentivos fiscais. Os recursos relativos aos incentivos não são distribuídos como dividendos. A Administração, com o suporte de seus assessores jurídicos, realizou uma análise aprofundada e chegou à conclusão de que a Companhia pode ser alvo de fiscalização. Este processo envolveu uma revisão detalhada dos procedimentos adotados, políticas e regulamentos aplicáveis, levando em consideração as normativas vigentes e as possíveis implicações legais. Mais detalhes, vide nota de contingência Nota 16.

2.20. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.21. Transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo for determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As variações cambiais são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. Para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os ativos e passivos das operações do Grupo no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira.

2.22. Tributos

Lucro real

O Grupo é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--

Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas.

O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.23. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. As estimativas se baseiam em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Os direitos a faturar representam receitas incorridas, cujo fornecimento de água de reúso foi efetuado, entretanto o faturamento ocorrerá no mês subsequente. Os direitos a faturar são reconhecidos em contrapartida aos valores a faturar em contas a receber.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os tipos de receitas do Grupo estão descritos abaixo:

Receitas de comercialização de água de reúso

As receitas de comercialização compreendem o valor justo da venda de águas de reúso no curso normal das atividades do Grupo e são reconhecidas à medida que os fornecimentos de água de reúso são efetuados.

Receitas de serviços

As receitas de serviços compreendem a permissão de uso de dutos e condutos de qualquer natureza para disponibilização de água de incêndio. Essas receitas são reconhecidas à medida em que os serviços são prestados.

2.24. Resultado financeiro

As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, fundo restrito e debêntures privadas.

2.25. Benefícios a empregados

O Grupo concede os seguintes benefícios:

Participação nos lucros e resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros e resultados tem como base os resultados alcançados por cada empresa do Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

Outros benefícios pós emprego

Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós aposentadoria a seus funcionários e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para o Grupo. O direito a esses benefícios é condicionado à permanência do funcionário no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações de aposentadoria

Algumas empresas do Grupo disponibilizam um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Essa entidade fechada de Previdência Complementar é uma entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social (conforme Portaria nº 1.719 de 23 de dezembro de 1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

2.26. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2023

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

CPC 50/IFRS 17 – Contratos de Seguros

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguros) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguros (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguros (como de vida, ramos elementares, ramo direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: i) Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e ii) Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 23/IAS 8 – Definição de estimativas contábeis

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 – Divulgação de políticas contábeis

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações ao CPC 32/IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação

As alterações ao IAS 12 Income tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que geram diferenças temporárias tributárias e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.27. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06/IFRS 16 – Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser publicado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis), para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se contratos de debêntures privadas existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa), e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise dos contratos de arrendamento

O Grupo analisa os contratos de aluguel para identificar se eles se enquadram nos critérios de arrendamento definidos pelo Pronunciamento Contábil CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Nessa análise, o Grupo utiliza seu julgamento para verificar a periodicidade de cada contrato, juntamente com as opções de renovação e rescisão. A Administração do Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou rescisão. Após a mensuração inicial, o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir.

Valor justo de ativos e passivos oriundos da combinação de negócios

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 - Business Combinations, o Grupo deve alocar o valor dos ativos adquiridos, das contingências e passivos assumidos com base nos seus valores justos estimados na data de aquisição. A Administração do Grupo exerce julgamentos significativos na mensuração de ativos tangíveis, na identificação e mensuração de ativos intangíveis, na identificação e mensuração de riscos e contingências, na mensuração de outros ativos adquiridos e passivos assumidos e na determinação de suas vidas úteis remanescentes.

O uso das estimativas utilizadas para as mensurações e avaliações de risco podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos. O Grupo contrata empresas especializadas para apoiá-lo nessas atividades. Se os resultados futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, o Grupo estaria exposto a perdas que podem ser materiais.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Avaliação do modelo de negócios

A classificação e mensuração de ativos financeiros depende dos resultados do teste de “apenas pagamentos de principal e juros” e do teste do modelo de negócios. O Grupo determina o modelo de negócios em um nível que reflete como os grupos do ativo financeiro são gerenciados em conjunto para atingir um objeto de negócios específico. Essa avaliação inclui julgamento que reflete todas as evidências relevantes incluindo a forma como o desempenho dos ativos é avaliado e como seu desempenho é mensurado, os riscos que afetam o desempenho dos ativos e como esses ativos são geridos e como os gestores dos ativos são remunerados. O Grupo monitora os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes baixados antes do seu vencimento para entender o motivo para a sua alienação e se os motivos estão de acordo com o objetivo do negócio para o qual o ativo foi mantido. O monitoramento faz parte da avaliação contínua do Grupo sobre se o modelo de negócios para o qual os ativos financeiros remanescentes são mantidos continua adequado e, se não for adequado, se houve alguma mudança no modelo de negócios e alguma alteração prospectiva na classificação desses ativos. Não foi necessária nenhuma mudança durante os períodos apresentados.

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas ao futuro e outras principais fontes de incerteza nas estimativas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir. O Grupo baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle do Grupo. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 4.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas históricas e esperadas. Ao mensurar a provisão para perdas de crédito esperadas, a Administração do Grupo usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa da probabilidade de inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. A avaliação da correlação entre a perda histórica observada, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. As informações sobre a provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber está divulgada na Nota 8.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O Grupo mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos. O diferido ativo é sobre as diferenças temporárias de prejuízos fiscais acumulados, provisão para perda de crédito esperada, ajuste a valor presente e atualização monetária do arrendamento mercantil, despesas pré-operacionais, provisão da participação nos lucros e resultados, provisão de notas fiscais e provisão para ações judiciais. O diferido passivo é sobre diferenças temporárias de RTT, atualização dos custos de transação, diferença entre depreciação fiscal e societária e encargos financeiros.

O julgamento significativo da Administração, em relação ao ativo fiscal diferido, é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. O passivo fiscal diferido é mensurado pela alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O Grupo espera amortizar o valor contábil do passivo fiscal diferido até o encerramento do contrato de concessão.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos que são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconhecimento da receita não faturada

O Grupo registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço/venda foi prestado/comercializado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço/venda de mercadorias, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Provisão e passivos contingentes

O Grupo reconhece a provisão para ações judiciais relacionada à causas cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Gestão de riscos

4.1. Objetivos e políticas para gestão de riscos financeiros

Os principais ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo restrito, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, empréstimos a receber de partes relacionadas (mútuos) e outros créditos. Os principais passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se à debêntures privadas, contas a pagar por aquisição, arrendamento mercantil, contas a pagar de fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas, dividendos a pagar e outras obrigações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. A Administração do Grupo afirma que as atividades do Grupo em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo. O Grupo não possui atividades envolvendo derivativos. A Administração do Grupo estabelece políticas para a gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem endividamentos, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo restrito. Dentro do risco de mercado, o risco aplicável ao Grupo é o risco de taxa de juros e o risco de câmbio.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, é requerida a divulgação de demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. A Administração entende como relevante o risco de taxa de juros e para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração do Grupo adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses (cenário I), as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para os cenários II e III considerou, conforme instrução da CVM, um acréscimo e uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente.

Risco de taxa de juros

Riscos de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxa de juros variáveis. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de endividamentos sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis.

Sensibilidade à taxa de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a eventuais possíveis na taxa de juros sobre as debêntures privadas, aplicações financeiras, fundo restrito e empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos):

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Indicadores</u>	<u>Saldo consolidado</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário II (- 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário III (- 50%)</u>
CDI		13,04% (*)	16,30%	9,78%	19,56%	6,52%
Aplicações financeiras	475.429	537.422	552.921	521.924	568.419	506.426
Fundo restrito	17.751	20.066	20.644	19.487	21.223	18.908
CDI + 2,05% a.a.		15,09% (*)	18,86%	11,32%	22,63%	7,54%
Empréstimos a receber com partes relacionadas	14.008	16.122	16.650	15.593	17.179	15.065
TR + 8,75% a.a.		10,51% (*)	13,14%	7,88%	15,77%	5,26%
Debêntures privadas	(188.440)	(208.245)	(213.196)	(203.294)	(218.148)	(198.343)
CDI + 2,57% a.a.		15,61% (*)	19,51%	11,71%	23,41%	7,80%
Debêntures privadas	(154.602)	(178.734)	(184.768)	(172.701)	(190.801)	(166.668)

(*) Fonte dos índices - Banco Central do Brasil - BACEN (CDI e TR acumulados em 31 de dezembro de 2023).

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo). O Grupo gerencia seu risco de câmbio garantindo que o fluxo de caixa dessas transações seja previsto até a liquidação do valor a pagar ou a receber, expresso em moeda estrangeira.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber de clientes e de partes relacionadas) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócio, estando sujeito a procedimentos, controles e políticas estabelecidas pelo Grupo em relação ao gerenciamento de risco de crédito do cliente. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados regularmente. Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e suportáveis que estão disponíveis na data de reporte sobre eventos passados, condições atuais e provisões de condições econômicas futuras.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido de cada uma.

Risco de liquidez

O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, o Grupo possui premissas de desembolsos e recebidos que são monitorados diariamente pela Tesouraria do Grupo. O objetivo do Grupo é manter um balanço adequado entre a continuidade da disponibilização de recursos e a flexibilidade de sua obtenção por meio de endividamentos.

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros do Grupo são classificados da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Ativos financeiros pelo custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	288	4.023	25.315	25.145
Contas a receber de clientes	21	13	22.041	21.908
Contas a receber de partes relacionadas	1.628	811	212	14
Dividendos a receber	10.721	10.338	-	-
Empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos)	14.008	12.380	14.008	12.380
Outros créditos	42	70	2.526	1.930
	<u>26.708</u>	<u>27.635</u>	<u>64.102</u>	<u>61.377</u>
<u>Ativos financeiros por meio do resultado</u>				
Aplicações financeiras	428.806	394.512	457.536	438.605
Fundo restrito	-	-	17.751	18.889
	<u>428.806</u>	<u>394.512</u>	<u>475.287</u>	<u>457.494</u>
Total do ativo financeiro	<u>455.514</u>	<u>422.147</u>	<u>539.389</u>	<u>518.871</u>
<u>Passivos financeiros pelo custo amortizado</u>				
Debêntures privadas	-	-	(343.042)	(368.919)
Contas a pagar por aquisição	66.590	55.910	66.590	55.910
Arrendamento mercantil	(591)	(832)	(10.075)	(11.380)
Contas a pagar de fornecedores	(332)	(139)	(13.186)	(10.905)
Contas a pagar de partes relacionadas	(698)	(722)	(1.578)	(18.771)
Dividendos a pagar	(15.300)	(6.375)	(19.185)	(10.236)
Outras obrigações	-	(50)	(993)	(453)
Total do passivo financeiro	<u>49.669</u>	<u>47.792</u>	<u>(321.469)</u>	<u>(364.754)</u>
Ativos e passivos financeiros, líquidos	<u>505.183</u>	<u>469.939</u>	<u>217.920</u>	<u>154.117</u>

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3. Gestão de capital

O objetivo principal da gestão de capital do Grupo é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas.

O Grupo administra a estrutura de capital e a ajuste considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de covenants financeiros. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles ou emitir novas ações. O Grupo monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os índices de alavancagem financeira são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures privadas	-	-	343.042	368.919
(-) Empréstimos a receber com partes relacionadas (mútuos)	(14.008)	(12.380)	(14.008)	(12.380)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(288)	(4.023)	(25.315)	(25.145)
(-) Aplicações financeiras	(428.806)	(394.512)	(457.536)	(438.605)
(-) Fundo restrito	-	-	(17.751)	(18.889)
Dívida líquida	(443.102)	(410.915)	(171.568)	(126.100)
Patrimônio líquido	962.480	918.500	1.152.330	1.095.734
Total do capital	519.378	507.585	980.762	969.634
Índice de alavancagem	(85%)	(81%)	(17%)	(13%)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	23	13	27	17
Bancos	265	4.010	7.395	25.128
Aplicações financeiras	-	-	17.893	-
	288	4.023	25.315	25.145

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média de 100,85% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023. A Administração não possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos, essas aplicações possuem a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	428.806	394.512	457.536	438.605
	428.806	394.512	457.536	438.605

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e são remuneradas a uma variação média entre 100,62% e 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 (100,13% em 31 de dezembro de 2022). A Administração possui a intenção de manter essas aplicações financeiras para investimentos.

7. Fundo restrito

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	17.751	18.889
	17.751	18.889
Ativo circulante	-	2.093
Ativo não circulante	17.751	16.796
	17.751	18.889

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fundo restrito compreende as controladas Aquapolo e Triunfo e está representado por aplicações financeiras que possuem a utilização vinculada a contratos de debêntures privadas dessas controladas e, se faz necessário, para cumprimento da cláusula de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) dos respectivos contratos. Na controlada Aquapolo, essas aplicações financeiras são atreladas ao rendimento do Fundo de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a uma variação média de 13,0399% dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2023 (12,5196% em 31 de dezembro de 2022). Na controlada Triunfo, essas aplicações financeiras são atreladas ao rendimento do CDI e são remuneradas a uma variação média de 96,50% em 31 de dezembro de 2023 (95% em 31 de dezembro de 2022). Os valores do fundo restrito, registrados no ativo circulante em 2022, correspondiam aos rendimentos dessas aplicações financeiras.

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - privados (i)	21	13	22.573	21.974
Provisão para perda de crédito esperada (ii)	-	-	(532)	(66)
	21	13	22.041	21.908

- (i) As contas a receber referem-se aos serviços prestados pelo Grupo referente a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso, bem como a permissão de uso de dutos e condutos. Em 31 de dezembro de 2023, do total das contas a receber do consolidado, 89,18% referem-se ao cliente Braskem (90,20% em 31 de dezembro de 2022). Essas contas a receber são registradas pelo valor nominal e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. O prazo médio de recebimento dessas contas a receber é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não existiam saldos de contas a receber dados em garantia.
- (ii) O critério para constituição da provisão para perda de crédito esperada reflete a provisão de 100% dos títulos a receber vencidos há mais de 180 dias. Os títulos vencidos a mais de 180 dias, para os quais houve renegociação/parcelamento, no pagamento da primeira parcela, o saldo da dívida é desconsiderado da provisão. Essa exclusão é necessária pois os valores do parcelamento são imputados nas faturas a vencer do respectivo cliente. Se ocorrer atrasos superiores a 90 dias nos títulos a receber de clientes com parcelamento, é constituída a provisão para perda de crédito esperada do saldo total da dívida. Adicionalmente, o Grupo também leva em consideração sua análise individualizada sobre a situação financeira de cada cliente e seu histórico de perdas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração do Grupo para cobrir os riscos de perdas existentes.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As contas a receber, por idade de vencimento, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:				
Até 30 dias	-	-	404	42
De 31 a 60 dias	-	-	-	40
De 61 a 90 dias	-	-	-	65
De 91 a 180 dias	-	-	-	199
Acima de 181 dias	-	-	677	66
	-	-	1.081	412
À vencer:				
Até 30 dias	21	13	21.492	21.562
	21	13	21.492	21.562
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	(532)	(66)
	21	13	22.041	21.908

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(66)	-
Complemento de provisão	(466)	(66)
	(532)	(66)

9. Investimentos em controladas

9.1. Resumo das informações financeiras das controladas

Os quadros abaixo apresentam o resumo das informações financeiras das controladas

	% de participação	31/12/2023								
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	Mais-valia	Investimento
Jeceaba	85%	11.986	3.505	2.199	6.940	6.352	-	597	-	5.367
Aquapolo	51%	42.154	296.285	50.747	185.252	102.440	114.149	37.516	-	52.244
Triunfo	100%	35.311	361.279	40.064	200.322	156.204	135.079	25.670	503.507	659.711
										717.322

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2022								
	% de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício	Mais-valia	Investimento
Jeceaba	85%	12.764	2.899	2.257	7.502	5.904	-	8.031	-	4.989
Aquapolo	51%	39.674	303.087	63.961	204.876	73.924	107.984	30.495	-	37.701
Triunfo	100%	49.676	316.561	31.546	203.899	130.792	134.463	20.833	520.405	651.197
										693.887

9.2. Movimentação

	31/12/2023					
	Saldo inicial	Integralização de capital nas controladas	Amortização mais-valia	Dividendos e JSCP	Equivalência patrimonial	Saldo final
Jeceaba	4.989	-	-	(126)	504	5.367
Aquapolo	37.700	-	-	(4.590)	19.133	52.243
Triunfo	130.792	-	-	(257)	25.670	156.205
Mais-valia	520.406	-	(16.899)	-	-	503.507
	693.887	-	(16.899)	(4.973)	45.307	717.322

	31/12/2022					
	Saldo inicial	Redução de capital nas controladas	Amortização mais-valia	Dividendos e JSCP	Equivalência patrimonial	Saldo final
Jeceaba	143.929	(138.523)	-	(7.203)	6.786	4.989
Aquapolo	29.667	-	-	(7.519)	15.552	37.700
Triunfo	114.907	-	-	(4.948)	20.833	130.792
Mais-valia	537.304	-	(16.898)	-	-	520.406
	825.807	(138.523)	(16.898)	(19.670)	43.171	693.887

Em 10 de outubro de 2022, tendo em vista a sua operação descontinuada, os acionistas da Jeceaba decidiram pela redução do seu capital social, através de AGE.

A mais-valia refere-se ao valor justo apurado na combinação de negócios à proporção da Companhia. Nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os valores são apresentados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível, de acordo com o laudo de avaliação à valor justo preparado por especialistas na data da combinação de negócios.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

						Controladora			
Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	64	7	-	(61)	10	Máquinas e equipamentos	64	-	64
Móveis e utensílios	211	-	-	-	211	Móveis e utensílios	59	152	211
Equipamentos de informática	67	16	(8)	61	136	Equipamentos de informática	47	20	67
Edificações e benfeitorias	733	-	-	-	733	Edificações e benfeitorias	335	398	733
	1.075	23	(8)	-	1.090		505	570	1.075
<hr/>						<hr/>			
Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Depreciação	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	(16)	(1)	-	14	(3)	Máquinas e equipamentos	(10)	(6)	(16)
Móveis e utensílios	(15)	(21)	-	1	(35)	Móveis e utensílios	(4)	(11)	(15)
Equipamentos de informática	(40)	(21)	8	(15)	(68)	Equipamentos de informática	(34)	(6)	(40)
Edificações e benfeitorias	(167)	(166)	-	-	(333)	Edificações e benfeitorias	(45)	(122)	(167)
	(238)	(209)	8	-	(439)		(93)	(145)	(238)
<hr/>						<hr/>			
Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022					Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	7	48					Máquinas e equipamentos	48	54
Móveis e utensílios	176	196					Móveis e utensílios	196	55
Equipamentos de informática	68	27					Equipamentos de informática	27	13
Edificações e benfeitorias	400	566					Edificações e benfeitorias	566	290
	651	837						837	412
<hr/>						<hr/>			

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado					
Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Custo	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	59.331	1.724	(3.214)	14.643	72.484	Máquinas e equipamentos	58.018	3.385	(2.072)	-	59.331
Móveis e utensílios	855	3	(21)	(28)	809	Móveis e utensílios	530	269	(4)	60	855
Ferramentas	4.198	-	-	(5.350)	(1.152)	Ferramentas	4.275	12	(89)	-	4.198
Veículos	(79)	-	-	-	(79)	Veículos	12	3	(94)	-	(79)
Equipamentos de informática	1.311	179	(51)	136	1.575	Equipamentos de informática	1.057	239	(19)	34	1.311
Edificações e benfeitorias	919	-	-	60.735	61.654	Edificações e benfeitorias	521	398	-	-	919
Instalações	59.797	24	-	217.623	277.444	Instalações	49.972	4.392	-	5.433	59.797
Terrenos	163	-	-	-	163	Terrenos	163	-	-	-	163
Redes e tubulações	224.633	-	-	(276.659)	(52.026)	Redes e tubulações	225.935	1	(1.303)	-	224.633
Direito de uso de arrendamento	10.372	116	-	-	10.488	Direito de uso de arrendamento	-	10.372	-	-	10.372
Obras em andamento	69.063	61.314	-	(10.781)	119.596	Obras em andamento	52.945	21.645	-	(5.527)	69.063
	430.563	63.360	(3.286)	319	490.956		393.428	40.716	(3.581)	-	430.563

Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2023	Depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	(16.563)	(6.051)	3.205	(4.952)	(24.361)	Máquinas e equipamentos	(10.086)	(6.509)	32	-	(16.563)
Móveis e utensílios	(227)	(84)	21	(33)	(323)	Móveis e utensílios	(141)	(88)	2	-	(227)
Ferramentas	(1.261)	-	-	4.787	3.526	Ferramentas	(944)	(406)	89	-	(1.261)
Veículos	79	(1)	-	1	79	Veículos	(8)	(3)	90	-	79
Equipamentos de informática	(627)	(331)	51	(46)	(953)	Equipamentos de informática	(400)	(230)	3	-	(627)
Edificações e benfeitorias	27	(1.663)	-	(15.162)	(16.798)	Edificações e benfeitorias	200	(173)	-	-	27
Instalações	34.047	(11.918)	-	(66.788)	(44.659)	Instalações	38.409	(4.362)	-	-	34.047
Redes e tubulações	(57.300)	387	-	81.949	25.036	Redes e tubulações	(49.169)	(8.131)	-	-	(57.300)
Direito de uso de arrendamento	(1.731)	(1.056)	-	-	(2.787)	Direito de uso de arrendamento	-	(1.731)	-	-	(1.731)
	(43.556)	(20.717)	3.277	(244)	(61.240)		(22.139)	(21.633)	216	-	(43.556)

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022	Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	48.123	42.768	Máquinas e equipamentos	42.768	47.932
Móveis e utensílios	486	628	Móveis e utensílios	628	389
Ferramentas	2.374	2.937	Ferramentas	2.937	3.331
Veículos	-	-	Veículos	-	4
Equipamentos de informática	622	684	Equipamentos de informática	684	657
Edificações e benfeitorias	44.856	946	Edificações e benfeitorias	946	721
Instalações	232.785	93.844	Instalações	93.844	88.381
Terrenos	163	163	Terrenos	163	163
Redes e tubulações	(26.990)	167.333	Redes e tubulações	167.333	176.766
Direito de uso de arrendamento	7.701	8.641	Direito de uso de arrendamento	8.641	-
Obras em andamento	119.596	69.063	Obras em andamento	69.063	52.945
	429.716	387.007		387.007	371.289

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obras em andamento referem-se às controladas Aquapolo e Triunfo e, correspondem, aos projetos de modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura nas plantas das controladas. As obras mais significativas correspondem a robustez do sistema de água desmineralizada, instalações físicas da estação de tratamento de água e a construção de uma nova linha de água clarificada (Projeto Tubovia). As conclusões dessas obras acontecerão por etapas entre março de 2024 a dezembro de 2029.

Em 31 de dezembro de 2023, as transferências de custo e depreciação, no montante líquido de R\$ 75, correspondem as transferências do ativo intangível para o ativo imobilizado.

O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo imobilizado. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior.

As vidas úteis, em anos, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.12.

No ano de 2022, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 22, as adições do direito de uso de arrendamento, no reconhecimento inicial, no montante de R\$ 10.372, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa.

11. Intangível

								Controladora
Custo	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022	
Direito de uso de arrendamento	1.114	-	1.114	Direito de uso de arrendamento	1.114	-	1.114	
	<u>1.114</u>	<u>-</u>	<u>1.114</u>		<u>1.114</u>	<u>-</u>	<u>1.114</u>	
Amortização	31/12/2022	Adições	31/12/2023	Amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	
Direito de uso de arrendamento	(304)	(243)	(547)	Direito de uso de arrendamento	(61)	(243)	(304)	
	<u>(304)</u>	<u>(243)</u>	<u>(547)</u>		<u>(61)</u>	<u>(243)</u>	<u>(304)</u>	
Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2022	31/12/2021		
Direito de uso de arrendamento	567	810			810	1.053		
	<u>567</u>	<u>810</u>			<u>810</u>	<u>1.053</u>		

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					Consolidado			
Custo	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023	Custo	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Direito da carteira de clientes (i)	833.254	-	-	833.254	Direito da carteira de clientes (i)	833.254	-	833.254
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	196.575	-	-	196.575	Mais-valia do intangível de contrato (ii)	191.450	5.125	196.575
Direito de uso de arrendamento	3.691	-	-	3.691	Direito de uso de arrendamento	3.691	-	3.691
Direito de uso - servidão de passagem	1.546	-	-	1.546	Direito de uso - servidão de passagem	1.546	-	1.546
Software	5.880	374	(319)	5.935	Software	2.811	3.069	5.880
	1.040.946	374	(319)	1.041.001		1.032.752	8.194	1.040.946

Amortização	31/12/2022	Adições	Transferências	31/12/2023	Amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Direito da carteira de clientes (i)	(72.295)	(20.412)	-	(92.707)	Direito da carteira de clientes (i)	(53.310)	(18.985)	(72.295)
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	(35.939)	(4.053)	-	(39.992)	Mais-valia do intangível de contrato (ii)	(31.886)	(4.053)	(35.939)
Direito de uso de arrendamento	(1.828)	(243)	-	(2.071)	Direito de uso de arrendamento	(1.585)	(243)	(1.828)
Direito de uso - servidão de passagem	(425)	(38)	-	(463)	Direito de uso - servidão de passagem	(371)	(54)	(425)
Software	(907)	(206)	244	(869)	Software	(659)	(248)	(907)
	(111.394)	(24.952)	244	(136.102)		(87.811)	(23.583)	(111.394)

Saldo líquido	31/12/2023	31/12/2022	Saldo líquido	31/12/2022	31/12/2021
Direito da carteira de clientes (i)	740.547	760.959	Direito da carteira de clientes (i)	760.959	779.944
Mais-valia do intangível de contrato (ii)	156.583	160.636	Mais-valia do intangível de contrato (ii)	160.636	159.564
Direito de uso de arrendamento	1.620	1.863	Direito de uso de arrendamento	1.863	2.106
Direito de uso - servidão de passagem	1.083	1.121	Direito de uso - servidão de passagem	1.121	1.175
Software	5.066	4.973	Software	4.973	2.152
	904.899	929.552		929.552	944.941

(i) Direito da carteira de clientes

Correspondem as relações contratuais com clientes, adquiridas na combinação de negócios, ocorrida em 2019 e são reconhecidas pelo valor justo na data da combinação. As relações com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor justo de aquisição menos a amortização acumulada e reduzidos por impairment, se necessário.

(ii) Mais-valia do intangível de contrato

Refere-se à exploração do contrato de fornecimento de energia, adquirido na combinação de negócios, ocorrida em 2019 e é reconhecido pelo valor justo na data da combinação, tendo sua amortização efetuada de forma linear pelo prazo de 40 anos.

Em 31 de dezembro de 2023, as transferências de custo e depreciação, no montante líquido de R\$ 75, correspondem as transferências do ativo intangível para o ativo imobilizado.

O Grupo revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior.

As vidas úteis, em anos, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.13.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures privadas

Unidade	Debenturista	Encargos financeiros	Vencimento	Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022
Aquapolo (a)	Caixa Econômica Federal	TR + 8,75% a.a.	Agosto/2029	189.959	215.515
Aquapolo (a)	(-) Custos de transação			(1.519)	(1.795)
Triunfo (b)	Itaú Unibanco S.A.	CDI + 2,57% a.a.	Agosto/2033	156.201	156.964
Triunfo (b)	(-) Custos de transação			(1.599)	(1.765)
				343.042	368.919
Passivo circulante				43.914	35.321
Passivo não circulante				299.128	333.598
				343.042	368.919

a) Aquapolo

Em 2 de setembro de 2011, a Aquapolo emitiu, junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), 326.732 debêntures, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R\$ 326.732, sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representadas por cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de ações da Aquapolo.

Nesse contrato de debêntures privadas, há cláusula restritiva denominada “covenants” e garantias, relativas ao nível de endividamento da Aquapolo e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o encerramento do prazo de carência do contrato.

Em relação às garantias, a Aquapolo também celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Aquapolo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios do Contrato de Fornecimento (“Escritura”):

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

A fim de garantir os pagamentos e o cumprimento integral das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo cede e transfere fiduciariamente aos debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes: i) do contrato de fornecimento; ii) do contrato de EPC (*Engineering Procurement and Construction*), firmado entre a Aquapolo e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; iii) do contrato de venda de água e rateio de despesas; iv) dos depósitos, existentes ou futuros, em contas vinculadas de exclusiva titularidade da Aquapolo; v) dos investimentos permitidos e ganhos e rendimentos dele oriundos, bem como os respectivos certificados e documentos representativos de tais investimentos; e vi) das apólices de seguros, das quais a Aquapolo é beneficiária.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alienação Fiduciária de Ações

A fim de garantir o pagamento e o cumprimento das obrigações garantidas, seja na data de vencimento, vencimento antecipado ou em qualquer circunstância da Escritura, a Aquapolo concedeu fiduciariamente em garantia aos debenturistas, os ativos de: i) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.778 ações, atualmente detidas pela GS Inima Industrial Ltda.; ii) ações ordinárias nominativas representativas do capital social da Aquapolo em 2.669 ações, atualmente detidas pela Sabesp, além de todos os direitos oriundos das ações adicionais.

Em relação à cláusula restritiva (“covenants”), a Aquapolo assumiu o seguinte compromisso de caráter econômico-financeiro constante no contrato:

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD igual ou superior a 1,2, sendo que a metodologia de cálculo a ser utilizada para o ICSD deve ser: $ICSD = \text{Geração de Caixa (LAJIDA - EBITDA)} / \text{Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures}$.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Aquapolo cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato.

b) Triunfo

Em 15 de maio de 2014, a Triunfo emitiu, junto ao Banco Itaú Unibanco S.A., 22.000 debêntures, não conversíveis em ações, sendo as referidas debêntures de série única, com garantia real, representadas por cessão fiduciária, conforme condições definidas no contrato de cessão fiduciária de direitos.

Nesse contrato de debêntures privadas, há cláusula restritiva denominada “covenants” e garantias, relativas ao nível de endividamento da Triunfo e o cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde o início da vigência do contrato.

Em relação às garantias, a Triunfo também celebrou os contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios e de alienação fiduciária de ações da Triunfo, conforme Escritura de Emissão de Direitos Creditórios e Outras Avenças (“Escritura”):

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:

Cessão fiduciária de: i) 100% (cem por cento) dos direitos creditórios, de titularidade da Triunfo, decorrentes de operações de compra e venda de água e demais negócios jurídicos do objeto do Contrato de Fornecimento, celebrado entre a Triunfo e a Braskem S.A. em 31 de dezembro de 2013, tendo por objeto o fornecimento de água industrial da Triunfo à Braskem S.A. durante o prazo de 40 anos, observando os volumes, preços e demais condições definidos em contrato até a liquidação integral das obrigações garantidas e devidos a Triunfo pela Braskem S.A. e/ou sua sucessora, incluindo todo e qualquer direito, relacionados a estes direitos creditórios; e ii) direitos creditórios decorrentes da titularidade, pela Triunfo, nos termos estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado entre a Triunfo e o Agente Fiduciário.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alienação Fiduciária da Totalidade das Ações

Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Triunfo, nos termos estabelecidos no Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças celebrado entre a até então denominada BRK Operações Industriais, o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente anuente, a Triunfo.

Em relação à cláusula restritiva (“covenants”), a Triunfo assumiu o seguinte compromisso de caráter econômico-financeiro constante no contrato:

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD igual ou superior a 1,15, sendo que a metodologia de cálculo a ser utilizada para o ICSD deve ser: $ICSD = \text{Geração de Caixa da Atividade (LAJIDA - EBITDA)} / \text{Serviço da dívida decorrente da escritura de emissão de debêntures}$.
- A Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou inferior a 3,0.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Triunfo cumpriu com todos os compromissos e cláusulas restritivas estabelecidas no contrato.

A movimentação das debêntures privadas está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	368.919	387.603
Juros incorridos no exercício	42.923	44.229
Amortização de principal	(24.932)	(22.926)
Amortização de juros	(44.310)	(40.429)
Custo de transação	-	-
Apropriação dos custos de transação	442	442
	343.042	368.919

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

2025	45.083
2026	47.665
2027	50.462
2028	53.503
Após 2028	102.415
	299.128

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Arrendamento mercantil

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contratos de arrendamento	598	846	13.348	15.375
(-) Encargos financeiros	(7)	(14)	(3.273)	(3.995)
	591	832	10.075	11.380
Passivo circulante	248	241	1.161	1.408
Passivo não circulante	343	591	8.914	9.972
	591	832	10.075	11.380

A movimentação dos arrendamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	832	1.059	11.380	3.036
Novos arrendamentos (i)	-	-	-	14.400
Ajuste a valor presente (AVP)	(7)	-	(7)	(4.028)
Amortização do ajuste a valor presente	14	9	718	292
Pagamentos	(248)	(236)	(2.016)	(2.320)
	591	832	10.075	11.380

- (i) Em outubro de 2022, a controlada Triunfo assinou o contrato de sublocação de equipamentos para sistema de motores elétricos junto à Nexway (Comerc Esco Desenvolvimento, Comércio e Prestação de Serviços Ltda.). O valor mensal da locação é de R\$ 120 e o índice de reajuste anual está atrelado à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O contrato também possui como garantia financeira um seguro garantia no valor de doze mensalidades do aluguel vigente.

Nesse contexto, conforme divulgado, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e 22, as adições do direito de uso, no reconhecimento inicial, líquidas do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 10.372 em 31 de dezembro de 2022, não afetaram as movimentações do fluxo de caixa.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As parcelas de longo prazo do arrendamento apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2025	258	1.751
2026	85	1.525
2027	-	1.440
2028	-	1.440
Após 2028	-	2.758
	<u>343</u>	<u>8.914</u>

14. Partes relacionadas

	<u>Controladora</u>					
	<u>31/12/2023</u>					
	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Triunfo	1.628	5.206	-	-	-	-
Jeceaba	-	1.821	-	-	-	-
Aquapolo	-	3.694	-	-	-	-
GS Brasil	-	-	14.008	460	15.300	(5.225)
GS Engineering	-	-	-	238	-	-
	<u>1.628</u>	<u>10.721</u>	<u>14.008</u>	<u>698</u>	<u>15.300</u>	<u>(5.225)</u>
	<u>Controladora</u>					
	<u>31/12/2022</u>					
	Contas a receber	Dividendos a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Triunfo	797	4.948	-	-	-	-
Saneouro	14	-	-	-	-	-
Jeceaba	-	1.696	-	-	-	-
Aquapolo	-	3.694	-	-	-	-
GS Brasil	-	-	12.380	468	6.375	(5.059)
GS Engineering	-	-	-	254	-	-
	<u>811</u>	<u>10.338</u>	<u>12.380</u>	<u>722</u>	<u>6.375</u>	<u>(5.059)</u>

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	31/12/2023				
	Contas a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Sabesp	212	-	82	3.549	-
GS Brasil	-	14.008	875	15.300	(8.424)
GS Soluções	-	-	383	-	-
GS Engineering	-	-	238	-	-
Copasa	-	-	-	336	-
	212	14.008	1.578	19.185	(8.424)

	Consolidado					
	31/12/2022					
	Contas a receber	Mútuo a receber (i)	Contas a pagar	Mútuo a pagar (ii)	Dividendos a pagar	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
Saneouro	14	-	-	-	-	-
GS Brasil	-	12.380	637	-	6.375	(7.968)
Sabesp	-	-	4.561	12.953	3.549	-
GS Soluções	-	-	366	-	-	-
GS Engineering	-	-	254	-	-	-
Copasa	-	-	-	-	312	-
	14	12.380	5.818	12.953	10.236	(7.968)

- (i) A Companhia possui um empréstimo com parte relacionada (mútuo) com sua controladora, GS Brasil. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pela variação do CDI acrescido de 2,05% ao ano. A movimentação do respectivo contrato de empréstimo com parte relacionada (mútuo) está demonstrada abaixo:

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	12.380	10.890
Juros incorridos no exercício	1.628	1.490
	14.008	12.380

- (ii) Em 2022, a controlada Aquapolo possuía um contrato de empréstimo com parte relacionada (mútuo) com sua controladora, Sabesp. Esse contrato era atualizado, mensalmente, pelo CDI acrescido de 1,22% ao ano e foi totalmente amortizado durante o exercício de 2023. A movimentação do respectivo contrato de empréstimo com parte relacionada (mútuo) está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	12.953	22.906
Juros incorridos no exercício	580	2.048
Amortização de principal	(4.250)	(4.303)
Amortização de juros e encargos	(9.283)	(7.698)
	-	12.953

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu os montantes de R\$ 3.325 (R\$ 4.043 em 31 de dezembro de 2022), a título de remuneração de seus administradores, os quais não obtiveram nem concederam empréstimos ao Grupo e não possuem benefícios indiretos significativos.

O Grupo concede participação nos lucros e resultados (PLR) a seus colaboradores. O pagamento dessa participação está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O cálculo e a provisão contábil do PLR são feitos anualmente, no encerramento de cada exercício e o pagamento se dá nos meses subsequentes ao encerramento de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. O saldo consolidado de PLR a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 4.203 (R\$ 3.120 em 31 de dezembro de 2022). Abaixo mencionamos os participantes e definição dos valores do PLR:

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Participantes

Os participantes nos resultados do Grupo são todos os colaboradores, diretores e gerentes contratados com vínculo empregatício, no período de abrangência do plano. Participam os empregados desligados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

Valores

Os critérios para definição dos valores do PLR são: metas individuais, metas departamentais e metas corporativas. Para cada meta, cargo e função, são atribuídos pesos específicos.

15. Contas a pagar por aquisição

As contas a pagar por aquisição referem-se às parcelas a vencer da aquisição das controladas, em 2019 e está assim composto:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo inicial	55.910	49.522	55.910	49.522
Ajuste a valor presente (AVP)	(18.226)	(2.396)	(18.226)	(2.396)
Atualização monetária	28.906	8.784	28.906	8.784
	66.590	55.910	66.590	55.910
Passivo circulante	17.459	-	17.459	-
Passivo não circulante	49.131	55.910	49.131	55.910
	66.590	55.910	66.590	55.910

O Cronograma de vencimento dessa obrigação está demonstrado abaixo:

	<u>Consolidado</u>
2024	13.128
2025	13.128
2026	13.128
2027	13.128
Após 2027	14.078
	66.590

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Provisão para ações judiciais

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas e previdenciárias	8.052	8.047
Contingências fiscais	10.063	1.162
	18.115	9.209

(i) Perdas provável constituída no balanço

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada Triunfo reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com o respaldo na Lei Complementar 160/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos conforme nota 2.19. O total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro 2023, relativo aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no exercício, totalizou R\$ 24.586, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, resultando em uma redução de R\$ 8.359. O contexto fiscal da GS Inima Industrial Triunfo tem sido marcado por períodos de fiscalização pela Receita Federal do Brasil, especialmente em relação à apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Após o julgamento do Tema 1.182 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Receita Federal do Brasil notificou milhares de contribuintes sobre possíveis exclusões indevidas das bases de IRPJ e CSLL a título de subvenções. Em resposta a essa questão, o Poder Executivo Federal apresentou, em 30 de agosto de 2023, a Medida Provisória 1.185/2023, convertida na Lei 14.789/2023, que redefiniu completamente o processo de apuração do crédito fiscal de subvenção para investimento. No entanto, sob as novas condições estabelecidas pelo fisco federal a partir de 2024, a controlada Triunfo prevê não conseguir atender aos requisitos para a apuração desse crédito fiscal. Diante desse panorama, e considerando a possibilidade de a controlada Triunfo ser alvo de fiscalização e autuação, é adequado considerar esse cenário na avaliação de constituição de provisão. Conforme o CPC 25, entende-se que uma autuação poderia resultar em perda provável relacionada à exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A Administração, com o suporte de seus assessores jurídicos, entende que a autuação teria prognóstico de perda provável resultando no reconhecimento de um passivo contingente de R\$ 8.359, representando o risco máximo decorrente do procedimento adotado pela controlada Triunfo. No tocante ao benefício do diferimento de ICMS computado no exercício de 2023 pela controlada Triunfo, no total de R\$ 24.586, que foi base para a constituição da reserva de incentivo fiscal, entendemos que o risco de questionamento por parte do fisco estadual é remoto com base na posição de seus assessores jurídicos, visto que há dispositivo legal expresso e válido para que a controlada Triunfo não tenha que apurar e recolher o tributo estadual.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte do Grupo for provável.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Grupo é parte em outros processos que totalizam os montantes de R\$ 54.026 e R\$ 46.441, respectivamente, com probabilidades de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.958	9.978
Contingências fiscais (i)	52.068	36.463
	54.026	46.441

- (i) Em 2021, a controlada Triunfo sofreu fiscalização da Receita Federal. Na ocasião, o Fisco entendeu que a despesa financeira da controladora incorporada em 2013 não seria dedutível na apuração do IRPJ e CSLL, fato que resultou na lavratura de auto de infração concernente à glosa dessa despesa, correspondente ao período de 2016 a 2019. Cumpre salientar que os fatos geradores ocorridos anteriormente à data de conclusão do contrato de compra do segmento industrial celebrado entre GS Inima Industrial e BRK, em 30 de setembro de 2019, são de responsabilidade da BRK.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para ações judiciais está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	9.209	1.279
Complemento de provisão	11.439	9.064
Reversão de provisão por pagamentos	(2.533)	(1.134)
	18.115	9.209

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 909.360 e está representado por 909.360 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuído:

	31/12/2023 e 31/12/2022		
	Capital social	Quantidade de ações	% de participação
GS Inima Brasil Ltda.	909.360	909.360	100
	909.360	909.360	100

17.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital social acrescido das reservas. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído complemento de reserva legal no montante de R\$ 3.099 (R\$ 2.300 em 31 de dezembro de 2022).

17.3. Reserva de lucros retidos e lucros acumulados

O saldo de lucros acumulados é alocado aos lucros retidos, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e/ou extraordinária (AGE).

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia transferiu o saldo da conta de lucros acumulados, no montante de R\$ 40.881, para a conta de reserva de lucros retidos (R\$ 349 em 31 de dezembro de 2022).

17.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos, atendendo ao percentual mínimo e obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de novembro de 2022, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 32.596, sendo R\$ 2.393 com base em resultado de exercícios anteriores e R\$ 30.203 com base no resultado apurado no exercício corrente. Adicionalmente, nessa mesma data, foi aprovada a distribuição de JSCP no montante de R\$ 10.745.

Em 29 de dezembro de 2023, através de AGE, a acionista da Companhia aprovou a distribuição de JSCP no montante de R\$ 18.001.

18. Receita líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Receita bruta</u>				
Água de reúso	-	-	302.105	293.195
Prestação de serviços	72	142	945	741
	<u>72</u>	<u>142</u>	<u>303.050</u>	<u>293.936</u>
<u>Deduções da receita</u>				
ICMS (i)	-	-	(28.294)	(26.601)
PIS	(1)	(2)	(4.533)	(4.412)
COFINS	(5)	(11)	(20.881)	(20.317)
ISS	(4)	(7)	(48)	(37)
Vendas canceladas e descontos concedidos	-	-	(4)	-
	<u>(10)</u>	<u>(20)</u>	<u>(53.760)</u>	<u>(51.367)</u>
Receita líquida	<u>62</u>	<u>122</u>	<u>249.290</u>	<u>242.569</u>

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada Triunfo reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com o respaldo na Lei Complementar 160/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos conforme nota 2.19. O total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relativos aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no exercício, totalizou R\$ 24.586, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, resultando em uma isenção de R\$ 8.359.

19. Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Custos dos serviços prestados</u>				
Materiais	-	-	(23.940)	(29.175)
Serviços de terceiros	-	-	(12.830)	(13.243)
Energia elétrica	-	-	(9.094)	(10.959)
Pessoal	-	-	(18.422)	(15.644)
Depreciação de imobilizado	-	-	(17.488)	(18.344)
Amortização de intangível	-	-	(178)	(352)
Aluguéis	-	-	(2.654)	(2.398)
Seguros	-	-	(2.159)	(1.865)
Publicidade e propaganda	-	-	-	(17)
Outros custos da operação	-	-	1.293	1.254
Total dos custos	-	-	(85.472)	(90.743)

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Materiais	(40)	(34)	(258)	(218)
Serviços de terceiros	2.063	(2.786)	(1.322)	(8.753)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(5.225)	-	(16.328)	(7.968)
Energia elétrica	(30)	(14)	(30)	(14)
Pessoal	(2.900)	(1.775)	(10.566)	(7.360)
Depreciação de imobilizado	(209)	(145)	(3.229)	(3.289)
Amortização de intangível	(243)	(243)	(20.721)	(19.178)
Amortização da mais-valia	(16.899)	(16.898)	(4.053)	(4.053)
Aluguéis	(808)	(618)	(1.005)	(844)
Seguros	(17)	(25)	(17)	(337)
Publicidade e propaganda	-	-	(54)	(90)
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	(466)	(66)
Provisão para ações judiciais	-	-	(8.906)	(7.930)
Outras despesas operacionais	(787)	(688)	(4.926)	(7.904)
Total das despesas gerais e administrativas	(25.095)	(23.226)	(71.881)	(68.004)

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	50.876	32.236	57.942	58.511
Juros sobre títulos recebidos	-	-	26	17
Juros sobre mútuo	1.628	1.490	1.628	1.490
Variação monetária e cambial	459	306	1.127	558
Ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	712	4.863	712	4.863
PIS e COFINS sobre receita financeira	(2.461)	(1.579)	(2.824)	(2.815)
	51.214	37.316	58.611	62.624
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros sobre debêntures	-	-	(42.923)	(44.229)
Atualização monetária das contas a pagar por aquisição	(11.392)	(8.784)	(11.392)	(8.784)
Ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	-	(2.467)	-	(2.467)
Juros sobre mútuo	-	-	(580)	(2.048)
Amortização dos custos de transação das debêntures	-	-	(442)	-
Variação monetária e cambial	(56)	(53)	(59)	(59)
Juros sobre títulos pagos	-	(6)	(19)	(17)
Outras despesas financeiras	(35)	(12)	(1.182)	(1.231)
	(11.483)	(11.322)	(56.597)	(58.835)
Resultado financeiro, líquido	39.731	25.994	2.014	3.789

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

21.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

O lucro líquido do Grupo antes dos efeitos tributários difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável aos lucros das empresas combinadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos	60.005	46.061	94.344	87.973
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(20.402)	(15.661)	(32.077)	(29.911)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	15.404	14.678	-	-
IR e CS diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal (i)	(6.586)	(8.824)	(6.586)	(8.824)
Subvenção tributária (ii)	-	-	8.359	-
Juros sobre capital próprio	6.120	3.653	6.120	3.653
Diferenças permanentes	7.440	6.083	6.098	(672)
	1.976	(71)	(18.086)	(35.754)
Despesa com imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(5.195)	(1.636)	(22.456)	(25.519)
Diferidos	7.171	1.565	4.370	(10.235)
	1.976	(71)	(18.086)	(35.754)

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social nos montantes de R\$ 19.371 e R\$ 25.952, respectivamente. Sobre esses valores não foram reconhecidos tributos diferidos ativos em função de sua característica de holding, sem lucro tributário.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada Triunfo reconheceu o efeito de subvenções de ICMS, com o respaldo na Lei Complementar 160/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS são subvenções para investimentos conforme nota 2.19. O total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro 2023, relativo aos benefícios de redução de base de cálculo e isenção de ICMS utilizados no exercício, totalizou R\$ 24.586, sendo os incentivos excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, resultando em uma redução de R\$ 8.359.

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo fiscal diferido	-	-	2.360	2.551
Passivo fiscal diferido	(129.360)	(136.531)	(247.661)	(252.221)
Impostos diferidos, líquidos	(129.360)	(136.531)	(245.301)	(249.670)

A estimativa de realização do imposto diferido, líquido é como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	4.333	2.813
2025	4.376	5.757
2026	4.377	6.735
2027	3.945	6.281
2028	3.347	3.347
A partir de 2028	108.982	220.368
	129.360	245.301

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros do Grupo, sem prazo de prescrição.

A movimentação do imposto diferido está demonstrada abaixo:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
	Passivo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	(136.531)	(138.096)
Reconhecimento na demonstração do resultado	7.171	1.565
	(129.360)	(136.531)

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro	2.551	(252.221)	10.465	(249.900)
Reconhecimento na demonstração do resultado	(191)	4.561	(7.914)	(2.321)
	2.360	(247.661)	2.551	(252.221)

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--
Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Novos contratos de arrendamento	-	-	-	10.372
Transferência do ativo intangível para imobilizado	-	-	75	-
Dividendos propostos e não pagos	15.300	6.375	19.185	10.236
	15.300	6.375	19.260	20.608

23. Cobertura de seguros

O Grupo, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais.

Adicionalmente, o Grupo mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2023, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas		
	GS Industrial	Aquapolo	Triunfo
Veículos	-	100% Tabela FIPE	-
Responsabilidade civil	-	130.000	130.000
Riscos ambientais	-	30.000	30.000
Riscos operacionais	-	410.810	410.810
Garantia de contrato	-	376	-
Seguro fiança	230	-	-

GS Inima Industrial S.A. e suas Controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--

Continuação

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos subsequentes

O Grupo não identificou eventos subsequentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que necessitam de divulgações aos usuários dessas demonstrações.